



5

9

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL – CPCOE

1 Às nove horas do dia dezoito do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, no SCS,

2 Quadra 06, Bloco A, Lotes 13/14, 2º Andar, Sala de Reuniões da Secretaria de Estado de

3 Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH, foi aberta a 43ª

4 Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações

do Distrito Federal - CPCOE, pelo Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos -

6 CAP/SEDUH, Ricardo Augusto de Noronha na condição de Coordenador indicado e

7 contando com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade

8 Civil, relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta

a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos; 1.2 Verificação do

quórum; 1.3 Posse; 1.4 Informes do Coordenador; 1.5 Aprovação da Ata da 80ª Reunião

11 Extraordinária realizada no dia 27/08/2019. 2. Itens de Deliberação: 2.1 Apreciação da

minuta de decreto que regulamenta os artigos 53-A e 68, da Lei nº 6.138, de 26/04/2018,

que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF e dá outras

providências; 2.2 Interpretação do artigo 157 da lei nº 6.138, de 26/04/2018 – Renovação

de Alvará de Construção. Vencimento. Prazo de validade expirado. Renovação pelo prazo

excedente; 2.3 Proposta de alteração do Decreto nº 39.272, de 02/08/2018, no que se

17 refere ao rito especial para obras e edificações em área de gestão específica; 2.4 Processo

18 n° 0307.000369/2012: Convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do

art. 86, inciso II, do Decreto nº 39.272/2018, que trata de solicitação de carta de habite-

se localizada na SHJB, Avenida das Paineiras, EQ 3/5, Bl. B, Jardim Botânico – DF; 2.5

21 Processo n.º0141-001895/1994: Convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos

termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39.272/2018, que trata de denúncia de irregularidades

para empreendimento localizado na SHIN, CA 7, bloco L, lote 12, Lago Norte – DF. 2.6

24 Processo nº 0146-000111/2002: Convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos

25 termos do Art. 86, II, do Decreto nº 39.272/2018, que trata de solicitação de Alvará de

26 Construção para residência localizada na SMDB, conjunto 12A, lote 4A, - Lago Sul -

27 DF; 3. Assuntos Gerais. Seguiu ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos

(JA

Ame ()

Compa

1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

28 trabalhos e 1.2 verificação do quórum: O Subsecretário, Ricardo Augusto de Noronha, 29 verificou o quórum, deu por aberta a sessão e agradeceu a presença de todos. Subitem 1.3 30 Deu posse à Senhora Raiana do Egito Moura, membro suplente, representante da Casa 31 Civil. Sem informes, passou à apreciação da Ata da 80ª Reunião Extraordinária da CPCOE realizada no dia 27/08/2019, a qual foi aprovada por unanimidade. Item 2. 32 Apreciação e Deliberação: O Subsecretário Ricardo Augusto de Noronha propôs que o 33 Subitem 2.1 seja tratado na próxima reunião. Subitem 2.2. Informou que pelo teor do art. 34 157 do novo COE, os alvarás de construção e as licenças de obras emitidos na vigência 35 36 da lei anterior continuam válidos pelo prazo indicado no respectivo instrumento e 37 renováveis, a pedido do interessado, uma única vez, pelo período de 4 anos, mantidos os parâmetros da época de sua emissão. Nesse caso, ainda que expirado o prazo da licença, 38 esta poderia ser renovada dentro do prazo de 4 anos, contados a partir do seu vencimento, 39 e nova validade da licença seria o prazo restante até o limite de quatro anos. Assim, uma 40 licença que vença em 2018 e sua renovação ocorra em 2020, o prazo da licença seria 41 apenas mais 2 anos. Se o pedido de renovação ocorrer depois desses quatros anos, não 42 seria mais possível a renovação da licença. Ressaltou que trouxe o tema à CPCOE de 43 modo a pacificar o entendimento. Após debates, o colegiado por meio da Decisão nº 44 09/2019 aprovou por unanimidade, que o prazo previsto no referido artigo será contado a 45 partir do vencimento do último projeto aprovado ou licenciamento. Subitem 2.3. Relatou 46 que a CAP e os gestores da área têm dificuldades, em que pese o plano de ocupação já ter 47 sido aprovado. Pontuou que são áreas específicas e por isso apresentou a proposta de 48 alteração do art. 19 e 74. A Senhora Valeria Arruda de Castro perguntou qual 49 mecanismo o governo vai usar para que seja viabilizada aprovação do plano de ocupação, 50 pois não vê problema dispensar a habilitação com este plano aprovado. O Subsecretário 51 Ricardo Augusto de Noronha informou que, com relação às obras que estão sendo 52 executadas, com ou sem o devido licenciamento, o DF Legal deve estar agindo de modo 53 a contornar. Acrescentou que, com relação ao plano de ocupação, o Código prevê que ele 54 seja aprovado e, infelizmente, é uma movimentação do interessado em trazer essa 55 demanda à Secretaria e, após análise do plano de ocupação, entra com a regularização da 56

The

fre 1 Care 1 2



57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

obra. A Senhora Valeria Arruda de Castro disse que ao pensar na possibilidade de liberar o habite-se, não faz sentido a licença para obra. O Subsecretário Ricardo Augusto de Noronha informou que estão propondo apenas habilitação, e que o licenciamento irá ocorrer por meio da licença específica, com o plano de ocupação e declaração de responsabilidade. Pontuou que não estão tratando da dispensa do habite-se e ressaltou que quem faz obras nestes locais sem o devido licenciamento específico está errado. A Senhora Simone Maria Medeiros Costa pontuou que o plano de ocupação define regras e que a área de gestão específica não tem regra, e a CAP está tentando formalizar um rito para que ocorram as aprovações. O Subsecretário Ricardo Augusto de Noronha informou que o que estão discutindo é o rito para que possam dar celeridade ao processo. O Senhor Rogério Markiewicz, representante da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, mencionou que o rito está simplificado, sugerindo não colocar em debate a questão do habite-se, mas trazer para uma nova discussão, não só para áreas específicas. Após todas às considerações, por meio da Decisão nº 10/2019, foi aprovada por unanimidade, a alteração do texto no que se refere ao rito especial para obras e edificações em área de gestão específica, da forma a seguir: "Art. 19. O rito especial previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei nº 6138, de 2018, é caracterizado por: I -Dispensa da etapa de viabilidade legal e pela análise conjunta das etapas de estudo prévio e de análise complementar dos casos descritos nos incisos I, II e III, do parágrafo referido no caput; II - Dispensa da fase de habilitação de projeto para as obras e edificações em áreas de gestão específica. § 1º Para a emissão do licenciamento em área de gestão específica, deve ser apresentado o plano de ocupação aprovado pelo órgão gestor de planejamento urbano e territorial; § 2° O projeto a ser licenciado, de obra ou edificação em área de gestão específica, deve ser depositado para a emissão do licenciamento, acompanhado de documento de responsabilidade técnica e declaração do autor do projeto e gestor da área pelo cumprimento integral dos parâmetros do plano de ocupação aprovado. Art. 74. A emissão da licença específica para modificação de projeto arquitetônico dispensado de habilitação, conforme art. 24 da Lei nº 6.138, de 2018, e a licença específica de obras e edificações em áreas de gestão específica ocorrem mediante

Hon

La especifica ocorrem n

7

3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

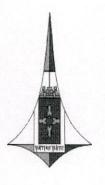
86 a apresentação dos seguintes documentos: I - documento público de titularidade do 87 imóvel; II - comprovante de pagamento de taxas relativas aos serviços requeridos; III -88 documento de responsabilidade técnica pela execução da obra. Parágrafo único. Para os casos previstos no art. 24 da Lei nº 6.138, de 2018, é considerada como área 89 construída a área constante da licença anterior." Subitem 2.4 Processo nº 0307-90 000369/2012 que trata de convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos 91 do Art. 86, II, do Decreto nº 39.272/2018, acerca da solicitação em sua origem de 92 93 expedição de carta de habite-se para o empreendimento situado no Setor Habitacional Jardim Botânico - Avenida das Paineiras, EQ 3/5, BL B. Desse modo, o Subsecretário 94 95 procedeu à apresentação do Parecer SEI-GDF nº 9/2019 - SEDUH que, por meio da Decisão nº 11/2019, foi aprovado pela convalidação dos atos administrativos, nos termos 96 do Art. 86, II, do Decreto nº 39.272/2018. Subitem 2.5 Processo nº 0141-001895/1994 97 que trata de convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, 98 do Decreto nº 39.272/2018, acerca da denúncia de irregularidades para o empreendimento 99 100 localizado na SHIN, CA 7, Bloco L, lote 12, Lago Norte - DF. Foi realizada leitura do Parecer SEI-GDF nº 8/2019 - SEDUH e submetido à votação que, por meio da Decisão 101 nº 12/2019, foi aprovado por unanimidade dos presentes pela convalidação do relatório o 102 qual constatou a regularidade dos atos administrativos. Subitem 2.6 Processo nº 0146-103 104 000111/2002 que trata de convalidação ou anulação dos atos administrativos, nos termos 105 do Art. 86, II, do Decreto nº 39.272/2018 acerca da solicitação de alvará de construção 106 para residência localizada na SMDB, conjunto 12A, lote 4A, Lago Sul - DF. Em ato 107 contínuo, o Subsecretário apresentou, também, o Parecer SEI-GDF nº 7/2019 - SEDUH 108 e submetido à votação, que por meio da Decisão nº 13/2019 decidem aprovar, por unanimidade, a convalidação dos atos administrativos, nos termos do Art. 86, II, do 109 Decreto nº 39.272/2018, que trata de solicitação de Alvará de Construção para residência 110 localizada na SMDB, conjunto 12A, lote 4A, Lago Sul - DF, deliberando a Comissão pela 111 convalidação do habite-se com a possibilidade de emissão de alvará, com 112 113 complementação de documentação. 3. Assuntos Gerais: A Senhora Joara Cronemberger informou que, em complemento a semana universitária, trará os alunos 114

JA

and the same of th

C AS

4



115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

do curso de Arquitetura para uma visita à Central de Aprovação de Projetos, agradecendo o apoio e convidando todos à participarem. O Senhor João Gilberto de Carvalho Accioly informou que a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário e o Sindicato da Indústria e Construção Civil – ADEMI e SINDUSCON/DF estão promovendo com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, o Primeiro Fórum de Discussão da Cidade com a palestrante Maria Águeda Muniz, Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza, convidando os membros para ouvirem a experiência da simplificação dos processos de licenciamento de obras, no dia 25 de setembro, às 13h30minutos, no auditório da Associação Brasiliense de Construtores - ASBRACO. A 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE foi encerrada pelo Subsecretário Ricardo Augusto de Noronha, agradecendo a presença de todos.

126 127

RICARDO AUGUSTO DE NORONHA

Subsecretário - CAP/SEDUH Coordenador Indicado

GRACO MELO SANTOS

Titular – SEDUH

BIANCA LEITE GREGÓRIO

Titular - SEEC

JOÃO EDUARDO MARTINS **DANTAS**

Titular - SEDUH

RAIANA DO EGITO MOURA

Suplente - CACI

ALEXANDRE DA CUNHA MELLO REISMAN

Suplente - SECID

SIMONE MARIA MEDEIROS COSTA

Titular - DF LEGAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento do Código e Edificações do Distrito Federal - CPCOE, realizada em 18 de setembro de 2019.

CLAUDIO PONTES JUNQUEIRA

Suplente - DF LEGAL

HELIANA MARIA MACHADO DA **COSTA**

Titular - DF LEGAL

RONILDO DIVINO DE MENEZES

Suplente - CREA/DF

VALÉRIA ARRUDA DE CASTRO

Titular – CAU/DF

JOÃO GILBEI Ó DE CARVALHO ACCIOLY

Titular – SINDUSCON/DF

ROGÉRIO MARKIEWICZ

Titular - ADEMI/DF

JOARA CRONEMBERGER RIBEIRO SILVA

Titular - FAU/UnB

CÉLIO DA COSTA MELIS JÚNIOR Titular - IAB/DF